

Contas bancárias de Alexandre no Brasil devem escapar da Lei Magnitsky

02/08/2025

Anunciada pelo governo dos Estados Unidos na última quarta-feira (30/7), a aplicação da **Lei Magnitsky** contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, pode ter impacto limitado nas atividades do magistrado. A medida é tratada como uma “pena de morte financeira”, mas não é possível ter certeza de que as movimentações bancárias do magistrado no Brasil, em reais, serão afetadas.

O primeiro dano a Alexandre deverá ser a perda de cartões de crédito com bandeira dos Estados Unidos, como Visa e Mastercard. Como essas empresas são sediadas naquele país, sem qualquer ingerência das leis ou do sistema bancário brasileiro, não há impedimento para que façam o bloqueio de forma unilateral. Outras medidas, como impedir o ministro de fazer transações bancárias no Brasil, são incertas.

“As operações financeiras no Brasil, que não impliquem em conversões em dólares, serão realizadas sem problemas. Se o sancionado não tiver bens nos EUA, a única implicação concreta será não poder utilizar cartões de crédito com bandeira americana”, resumiu à revista eletrônica **Consultor Jurídico** um especialista que acompanha as movimentações e preferiu não se identificar.

Também não será simples para os bancos brasileiros encerrar contas em nome de Alexandre por força da Lei Magnitsky. Segundo **José Augusto Fontoura Costa**, chefe do departamento de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP), um eventual fechamento de conta poderia ser contestado e derrubado na Justiça a pedido do próprio ministro.

“É ilícito, para o Direito brasileiro, restringir serviços como a manutenção de uma conta bancária sem que haja base jurídica. Uma ordem estrangeira não é base suficiente. Se um banco encerrar uma conta do ministro, ele pode obter a reativação do serviço por meio de uma ordem judicial”, explica ele.

Pressão de Eduardo derruba ações do BB

As ações do Banco do Brasil caíram 7% na tarde de sexta-feira (1º/8) devido ao temor de sanções dos EUA. A queda foi registrada após **uma reportagem do jornal O Globo** afirmar que o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) se reuniu com representantes do Departamento de Estado americano para pedir efetividade nas sanções a Alexandre.

Segundo essa reportagem, o parlamentar disse aos americanos que o entendimento inicial dos bancos brasileiros é o de que Alexandre pode manter normalmente suas movimentações em reais. Apenas as operações em dólar estariam proibidas.

Eduardo tenta instigar as autoridades dos EUA a explicitar que a proibição também vale para transações em reais e que os bancos brasileiros podem ser punidos se não cumprirem a determinação. Como todos os servidores federais, como é o caso de Alexandre, recebem seus salários no Banco do Brasil, a instituição foi a única afetada na Bolsa devido à notícia.

Uma possível punição aos bancos brasileiros que não se curvarem à exigência é a exclusão do **Swift**, o sistema de pagamentos mais abrangente do mundo — engloba mais de 11 mil instituições financeiras em cerca de 200 países e territórios.

Para os especialistas, porém, a possibilidade de um banco brasileiro ser excluído do Swift é remota. “É importante lembrar que o Swift não é um sistema americano. Foi criado por bancos de todo o mundo e tem sede na Bélgica. Os EUA teriam de ameaçar o conselho do Swift, que é composto por grandes bancos europeus, americanos e asiáticos, para que se tomasse uma medida drástica como essa”, afirma Fontoura Costa.

Valter Campanato/Agência Brasil



Sanções da Lei Magnitsky a Alexandre podem ter impacto limitado



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-ago-02/contas-bancarias-de-alexandre-no-brasil-podem-escapar-da-lei-magnitsky/>